



## **Redes canábicas no âmbito da saúde: mobilização social e produção de conhecimento**

*Luciana C. de Campos Barbosa*

Desde a regulamentação pela ANVISA, em 2016, o Brasil já importou legalmente cerca de 78 mil produtos para fins medicinais à base de maconha. Prescritos por mais de 800 médicos, esses produtos estão associados aos tratamentos de epilepsia refratária, autismo, Alzheimer, Mal de Parkinson, câncer, dores crônicas, ansiedade, depressão e insônia. Além do acesso pela importação, 50 famílias brasileiras obtiveram na justiça um Habeas Corpus preventivo, que lhes permite cultivar a planta com objetivo terapêutico. Apesar dessas mudanças ocorridas nos últimos quatro anos, não há ainda no Brasil uma regulamentação para a produção, cultivo e pesquisa que permita o acesso a tais tratamentos assim como o desenvolvimento de pesquisas biomédicas sobre o tema. O presente trabalho pretende demonstrar como tem sido viabilizado o acesso a uma substância produzida a partir de uma planta proibida no país e na maior parte do mundo. Ou seja, como pessoas tem compreendido questões relacionadas a dosagem, efeitos, potenciais terapêuticos, tratamentos, e alcançado autorizações para cultivo apesar da ilegalidade. Para tanto, foi utilizada a observação participante, realizada junto a uma associação no Rio de Janeiro e outra em Santiago/Chile, além de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Concluímos que tem sido a organização social entre mães de crianças com doenças raras e/ou de difícil controle, cultivadores, médicos, advogados, pacientes e ativistas, por meio do que denominam de “desobediência civil não violenta”, que tem proporcionado a produção e circulação de conhecimento sobre os usos medicinais de maconha no Brasil. Incluindo aqueles produzidos por algumas instituições de pesquisa, como a UFPB, a UFRJ e a FIOCRUZ. A construção de uma “rede canábica”, formada por associações civis, ONGs, coletivos e movimentos sociais se estende pelo território nacional, conectando-se também, por meio da internet e eventos internacionais, com uma rede mais ampla, a nível mundial. Este trabalho apresentará o mapeamento desta rede nacional e a forma como tais conhecimentos são produzidos, se tornam públicos e justificam mudanças nas práticas jurídicas e nas regulamentações da ANVISA, acionando o debate público.